

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

DÉLIS PESSOA

POLÍTICA DE DROGA OU DROGA DE POLÍTICA?
Um olhar sobre a ação do Estado na “Cracolândia” da Luz

**SÃO PAULO
2º SEMESTRE DE 2018**

DÉLIS PESSOA

POLÍTICA DE DROGA OU DROGA DE POLÍTICA?
Um olhar sobre a ação do Estado na “Cracolândia” da Luz

Relatório Final do TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso) apresentado ao Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação da Sra. Profa. Dra. Denise Cristine Paiero.

SÃO PAULO
2º SEMESTRE DE 2018

Este Trabalho de Conclusão de Curso não reflete a opinião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Seu conteúdo e abordagem são de total responsabilidade da autora.

Política de Droga ou Droga de Política?
Um olhar sobre a ação do Estado na “Cracolândia” da Luz

<https://youtu.be/jb-doP0c5lg>
Upload realizado em 07/11/2018.

Aos moradores de todas as “Cracolândias”
espalhadas pelo Brasil.

Aos que sentem cotidianamente na pele a
necessidade da implementação de uma
política nacional de drogas.

Às famílias dos dependentes químicos que
não conseguem trazer de volta para casa
seus entes queridos.

Aos que sofrem todos os dias com a
repressão policial em cenas de uso de
crack e outras substâncias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, do fundo do meu coração, todas as pessoas que contribuíram para a realização desta grande reportagem. Em especial, Eroy Aparecida, Carmen Lopes e Agostinha Oliveira que expandiram consideravelmente as minhas opções de fontes. Sem elas, não teria conseguido colher metade do material que obtive.

Muito obrigada a cada entrevistado que cedeu um pouco de seu tempo para conversar comigo. Agradeço a Prefeitura e o Governo Estadual de São Paulo, por terem atendido a minha solicitação em entrevistar os coordenadores – Arthur Guerra e Gleuda Apolinário - dos programas em vigor no momento.

Sincera gratidão à Bruna, Lorrany e Benedito, pessoas incríveis que aceitaram compartilhar um pouco de suas histórias comigo e com quem assistiu à esta peça jornalística. Como também à minha família, amigos e professores da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em especial, a minha orientadora Denise Paiero.

Deixo meus sinceros agradecimentos à Record TV e ao diretor de conteúdo da emissora, Thiago Contreira, por terem cedido gentilmente todas as imagens de apoio solicitadas.

Eu acredito que, nas ruas do mundo,
o grande desafio é olhar para ver.
E olhar para ver é perceber a realidade invisível
– ou deliberadamente colocada nas sombras.
Olhar para ver é o ato cotidiano de resistência
de cada repórter, de cada pessoa.
(Eliane Brum)

RESUMO

Este projeto aborda a conduta do Estado na maior cena de uso de crack do Brasil, conhecida popularmente como “Cracolândia”. Região que compreende as imediações das avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero, Rua Mauá e Estação Júlio Prestes, no bairro da Luz, centro da cidade de São Paulo. Para isso, foi discutido a eficácia de cada política pública implantada no território até o momento. Falou-se da Operação Centro Legal (2009 a 2012), Projeto Nova Luz (2013), durante a gestão dos prefeitos Gilberto Kassab (DEM) e José Serra (PSDB) e do governador da época, Geraldo Alckmin (PSDB). Programa de Braços Abertos (2013 a 2016), de Fernando Haddad (PT), Programa Recomeço, da gestão Alckmin/França (PSDB/PSB), em vigor desde 2013 e Projeto Redenção (desde 2017), de João Dória/Bruno Covas (PSDB). Em um segundo momento, utilizou-se como referenciais teóricos as pesquisas de Taniele Rui, doutora em antropologia social da Universidade de Campinas (Unicamp), Rosangela Helena Pezoti, doutora em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Marco Aurélio Genghini, com mestrado em direito sobre políticas públicas na “Cracolândia” da Luz pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Para a produção da grande reportagem, foram utilizados estes mesmos pesquisadores para fortalecer a linha argumentativa da peça jornalística, além de dependentes químicos que sofrem diretamente às ações do Poder Público e pessoas que colaboram na região, seja por meio de trabalho voluntário ou remunerado.

Palavras chave: Políticas Públicas, Política de Drogas, Cracolândia da Luz, Crack, Operação Centro Legal, Projeto Nova Luz, Programa de Braços Abertos, Programa Recomeço, Programa Redenção, Jornalismo.

ABSTRACT

This project approaches the state's action in the largest crack using scene in Brazil, popularly known as 'Crackland'. It's a region that includes the surroundings of Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero Avenues, Mauá Streets and Júlio Prestes Train Station, which is located in the Luz's neighborhood, in the center of São Paulo city. In order to do this, it was discussed the effectiveness of each public policy implemented in the territory until the present moment. It was talked about 'Operação Centro Legal' and 'Projeto Nova Luz' (2009 to 2012), which was launched by São Paulo major's Gilberto Kassab (DEM), in partnership with the state governors, José Serra (PSDB) and Geraldo Alckmin (PSDB). It was also discussed the program created by the next São Paulo major's Fernando Haddad (PT): 'Programa de Braços Abertos' (2014 to 2016). Also the other state policy 'Programa Recomeço' (since 2013), the administration of the current governors Geraldo Alckmin, Marcio França (PSDB/PSB) and finally 'Projeto Redenção' (since 2017), from the current majors of São Paulo city João Dória and Bruno Covas (PSDB). In a second moment, it was used the researches of Taniele Rui, doctor in Social Anthropology da Universidade de Campinas (Unicamp), Rosangela Helena Pezoti, doctor in Social Service from Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) and Marco Aurélio Genghini, who has a master's degree in law about public policy in 'Crackland', which was presented by Universidade Presbiteriana Mackenzie. For the production of this audiovisual report, the interview with the same researchers were used to strengthen the argumentative line of this journalistic product, besides chemical dependents who suffer directly the actions of the Public Power and people who collaborate in the region, whether through voluntary or paid work.

Keywords: Public Policy, Drugs Policy, Crackland, Crack, Operação Centro Legal, Projeto Nova Luz, Programa de Braços Abertos, Programa Recomeço, Programa Redenção, Journalism.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. POLÍTICAS PÚBLICAS NA “CRACOLÂNDIA” DA LUZ | 14 |
| 1.1 A ENTREVISTA | 16 |
| 1.2 A GRANDE REPORTAGEM | 17 |
| 1.3 O JORNALISMO AUDIOVISUAL | 18 |
| 2. DESENVOLVIMENTO DA PEÇA | 19 |
| 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 24 |
| 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 26 |
| 5. REFERÊNCIAS CINEMATOGRAFICAS | 28 |
| 6. APÊNDICES I – AUTORIZAÇÕES DE USO DE IMAGEM E ÁUDIO | 29 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa traz fundamento teórico a grande reportagem sobre a ação do Estado na “Cracolândia” da Luz, por meio dos planos da prefeitura e do governo do estado de São Paulo. O termo “Cracolândia” é utilizado para definir a concentração de pessoas, em determinado local, para a utilização do crack. Sendo assim, não compreende um espaço propriamente fixo, podendo mudar de endereço, conforme a migração dos seus indivíduos.

Este trabalho aborda a cena de uso mais antiga do país, localizada na região que compreende as imediações das avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero, Rua Mauá e Estação Júlio Prestes, no bairro da Luz, em São Paulo.

Para falar das questões sociais presentes neste território, é necessário retornar à raiz do problema que, de acordo com a visão de PEZOTI (2012, p.112) teve início a partir da década de 1950, quando as grandes empresas que habitavam a região da Luz migraram para a Avenida Paulista. Com isso, as ferrovias e o transporte rodoviário da região entraram em declínio e conseqüentemente, ocorreu desvalorização imobiliária.

Segundo matéria do Portal R7, do dia 25/05/2017, entre 1961 e 1982, o Terminal Rodoviário da Luz, hotéis, pensões, lojas, lanchonetes e restaurantes fecharam as portas, o que ocasionou em severo processo de degradação e abandono da região, em grande parte, por conta da falta de cuidado do Estado.

Segundo OLIVEIRA (2008, p. 213), no início da década de 1990, “para facilitar a apresentação do crack e a adesão por parte do usuário, os traficantes esgotaram as reservas de outras drogas nos pontos de distribuição, disponibilizando apenas crack. Logo, diante da falta de alternativas, os usuários viram-se obrigados a optar e aderir ao seu uso”. Com isso, a região do bairro da Luz passou a ser um importante ponto de comércio e consumo da droga.

De acordo com matéria publicada na Folha de S. Paulo, em 15/02/2002, “a região central de São Paulo ganhou este apelido no início da década de 90, quando o crack – um subproduto da cocaína – se tornou uma droga da moda entre as classes C e D na cidade”. Desde então, o governo, através de medidas em âmbito municipal e estadual, tenta reverter os problemas sociais da “Cracolândia” da Luz.

Gilberto Kassab (2007), Geraldo Alckmin (2010) e João Dória (2017) declararam em entrevistas coletivas de que a “Cracolândia” não existe mais, já Fernando Haddad (2014) disse que conseguiu efetuar mudanças significativas no território, conforme mostrado no início do minidocumentário *Overdose de Erros* (2017) e na peça jornalística realizada por mim.

Apesar disso, a realidade reflete algo totalmente diferente. Segundo dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 08/06/2017, a média de usuários de drogas na “Cracolândia” subiu de 709 pessoas em abril de 2016 para 1.861 em maio de 2017, o que representa aumento de 160%.

Segundo a ONU, quase 200 mil pessoas morrem por causa do consumo de droga anualmente no mundo. Já no Brasil, cerca de dois milhões de pessoas já consumiram crack, segundo a pesquisa mais recente do Lenad (Levantamento Nacional de Álcool e Drogas), realizado em 2012 pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). Esse resultado coloca o Brasil no topo do ranking do consumo dessa droga.

No caso da “Cracolândia” da Luz, a situação ainda é mais grave, porque as pessoas também sofrem com a falta de acesso à saúde pública. Um levantamento divulgado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social em matéria do jornal O Estado de S. Paulo, do dia 08/06/2017, revela que mais da metade da população feminina da cena de uso da Luz que já engravidou nunca fizeram pré-natal. Em gestações anteriores, todas as mulheres tiveram filhos abaixo do peso, 67% prematuros, 21% abortos, natimortos ou o bebê teve que ir diretamente para a UTI.

Apesar dos dados serem expressivos, são insuficientes para conscientizar a população brasileira acerca dos problemas da “Cracolândia” da Luz. Por isso, é importante que haja um trabalho que explique para o espectador porque esta região de consumo de crack existe há mais de 26 anos, com foco principal na discussão da eficácia do papel do Estado na região.

Para isso, o objeto de estudo deste trabalho foram as políticas públicas adotadas pelo Estado até o momento, tais como: Operação Centro Legal e Projeto Nova Luz (2009 a 2012), durante a gestão dos prefeitos Gilberto Kassab e dos governadores da época, Geraldo Alckmin (PSDB) e José Serra (PSDB). Também serão discutidos o Programa de Braços Abertos (2014 a 2016), de Fernando Haddad

(PT) e o Programa Recomeço, da gestão Alckmin/França (PSDB/PSB), em vigor desde 2013. Além disso, também pretende-se refletir se o Projeto Redenção (desde 2017), da prefeitura de São Paulo, administração João Dória/Bruno Covas (PSDB) vai conseguir promover melhorias para os dependentes químicos que estão em situação de rua.

Todos os programas criados até então mostram que existe atuação estatal no território. É justamente isso que RUI (2012, p. 337 e 338) aponta em seu artigo publicado pela Revista Brasileira de Segurança Pública: “A “cracolândia” não é um local com ausência de Estado. Ao contrário, ele está ali. Por vezes, em demasia. Reprimindo e ajudando. Punindo e encaminhando. Deixando morrer e fazendo viver”.

Com isso, pretende-se responder a seguinte pergunta ao longo da peça jornalística: Como uma grande reportagem pode esclarecer, ao espectador, quais foram as consequências da implementação dos planos municipais e estaduais na “Cracolândia”? Paralelo a isso, também pretende-se mostrar o que falta na política de drogas brasileira.

A partir dos questionamentos apresentados, o principal objetivo é a produção de uma grande reportagem que aborda a atuação do Estado na “Cracolândia” da Luz, por meio da discussão da eficácia das políticas públicas adotadas até o momento, além da identificação de possíveis falhas, como também acertos.

O produto jornalístico utilizado foi uma grande reportagem de televisão, por ser uma linguagem que atinge de modo mais fácil e democrático o maior número de pessoas, além de ser capaz de despertar a atenção do público por causa do uso de imagens.

A ideia é usar a grande reportagem como uma ferramenta para apresentar ao espectador uma visão singular da “Cracolândia” da Luz. Buscou-se abordar os métodos que o Poder Público utiliza para lidar com dependentes químicos em situação de vulnerabilidade social. Para isso, realizou-se entrevistas com pessoas que atuam diretamente no território, por meio de trabalho voluntário ou remunerado e pesquisadores que realizaram estudos sobre o assunto, para que haja maior embasamento na linha argumentativa do produto jornalístico.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS NA “CRACOLÂNDIA” DA LUZ

A Operação Centro Legal e o Projeto Nova Luz, medidas desenvolvidas pelo Governo do Estado de São Paulo (gestão Geraldo Alckmin e José Serra) em parceria com a Prefeitura Municipal (administração Gilberto Kassab e José Serra), entre os anos de 2009 e 2012 no bairro da Luz, na cidade de São Paulo, ocorreram apenas com base orçamentária estadual e municipal, sem qualquer participação federal.

Para GENGHINI (2014, p.32), “a decisão executiva, naquela ocasião, caminhou, se fundou e se motivou pelo entendimento de que somente a reorganização imobiliária da área da Luz seria o meio de promoção da cidadania naquela localidade, ao criar unidades habitacionais, reativar a atividade econômica e promover meios de recuperação aos dependentes de crack”.

Ainda segundo GENGHINI (2014), esta medida buscou associar o uso residencial com o comercial do bairro da Luz, de modo a privilegiar os elementos históricos, culturais da região, facilitando a mobilidade urbana. Além disso, a administração Serra/Kassab não quis empregar dinheiro público na requalificação do bairro, por isso optou pela adoção do modelo licitatório de concessão urbana.

Para COUTO (2011), esta visão endossa a tese de que o processo de requalificação urbana com apoio da iniciativa privada não passou de uma tentativa de tornar mais ricas áreas que até então eram ocupadas pelas parcelas mais pobres da população, de modo a resultar na especulação imobiliária.

PEZOTI (2012, p.191), defende a tese de que “especialmente na região central, denunciavam-se ações higienistas, com a expulsão, principalmente, da população em situação de rua e dos moradores de cortiços e de ocupações”.

De acordo com GENGHINI (2014), a Operação Centro Legal pode ser definida como uma ação governamental voltada para o tratamento de dependentes de crack em situação de rua, sem envolver qualquer ação urbanística ou sobre a propriedade, permanecendo restrita ao Projeto Nova Luz. O site do Governo do Estado de São Paulo define como os principais objetivos da ação: o resgate da cidadania, a elevação da dignidade humana por meio da reinserção social, a recuperação de áreas degradadas e o combate do tráfico de drogas.

Apesar do objetivo preestabelecido, as ações do Estado pouco colocaram em prática aquilo que foi planejado, tanto que a Operação Centro Legal passou a ser

reconhecida como Operação Dor e Sofrimento, por causa da infeliz declaração do Secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Alberto Chaves de Oliveira, em entrevista coletiva em 05/01/2012.

O trabalho da Polícia Militar se restringiu à ocupação dos terrenos que eram utilizados para consumo da droga, resultando na migração de grandes grupos de dependentes de crack para as vias públicas, o que ficou conhecido como “fluxo” ou “Procissão do Crack”.

Em janeiro de 2013, o prefeito Fernando Haddad decidiu abandonar por completo o Projeto Nova Luz. Segundo matéria publicada na Folha de S. Paulo no dia 24/01/2013, a nova gestão considerou o plano de Kassab inviável economicamente, além do novo prefeito não concordar com a tomada de decisões por parte de agentes privados com relação aos bens que viriam a ser desapropriados.

Com relação às ações voltadas aos dependentes de crack, somente em janeiro de 2014, o prefeito Fernando Haddad iniciou as ações do Programa de Braços Abertos. A primeira fase foi a retirada dos barracos que haviam sido levantados na região, com o objetivo de construir melhor habitação para os dependentes. Já nesse primeiro momento, pode-se perceber uma diferença com relação à Operação Centro Legal. Não houve a necessidade de uso das forças de segurança. O processo foi conduzido por assistentes sociais que retiraram parte dos dependentes da rua a fim de colocá-los em hotéis pagos, cuja diária seria financiada pela ONG Brasil Gigante.

Segundo GENGHINI (2014, p.43), essa ação foi considerada importante porque ao colocar os dependentes em quartos de hotel, eles puderam manter os laços de família, amizade e casamento. “Tal opção, além de se revelar acertada no sentido de reconhecer a subjetividade e os direitos individuais dos dependentes de crack, promovendo a sua cidadania em último sentido, serviu como excelente meio de adesão e aproximação destes perante os agentes governamentais, que deixaram de ser vistos como agressores, suspeitos ou mesmo inimigos”.

O Programa de Braços Abertos também encontrou uma forma de inserir os dependentes de crack na economia ao oferecer R\$15,00 por quatro horas de limpeza de áreas públicas, além de oferecer programas de capacitação profissional.

No dia 04 de abril de 2013, o Governo do Estado de São Paulo, durante a gestão do governador Geraldo Alckmin lançou o Programa Recomeço, como uma evolução da CRATOD (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas).

Segundo a visão de GENGHINI (2014), houve dois avanços do Programa Recomeço em relação à estrutura da Operação Centro Legal: A ampliação da área de atuação, não apenas para o bairro da Luz, mas para diversas estruturas existentes no Estado de São Paulo e a valorização do eixo do tratamento e da recuperação dos dependentes de crack. Para ele, o Programa Recomeço é a primeira política pública adotada na região que traz o aparato social, a possibilidade de tratamento ao dependente de crack por meio do encaminhamento à comunidades terapêuticas.

Em maio de 2017, o ex-prefeito de São Paulo, João Dória, em parceria com o Governo do Estado, OAB-SP e Ministério Público lançou um novo programa de combate à “Cracolândia”: Projeto Redenção. Segundo matéria do portal R7, do dia 29/08/2017, uma rede de credenciamento realizou um relatório que uma série de falhas no programa Redenção. O documento possui 124 páginas e contou com a colaboração dos seguintes órgãos: Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo), Coren (Conselho Regional de Enfermagem), CRP (Conselho Regional de Psicologia), Comuda (Conselho Municipal de Política de Álcool e Drogas), Condepe (Conselho Estadual do Direitos da Pessoa Humana d São Paulo), Cress (Conselho Regional do Serviço Social de São Paulo), CRN-3 (Conselho Regional de Nutricionistas), Vara da Saúde do Ministério Público e Defensoria Pública.

De acordo com a matéria, os principais problemas apontados pelo relatório estão na “insuficiência de médicos e enfermeiros, a falta de diálogo entre os hospitais psiquiátricos e o restante de atendimento do programa, a falta de reinserção social, a falta de acompanhamento familiar, a falta de informações sobre o tratamento adotado, falta de critérios para as internações e a falta de respeito em relação à identidade de gênero”.

1.1 A ENTREVISTA

Segundo MUSSE (2010, p.1), “a entrevista é um dos recursos primordiais para ilustrar, fundamentar e legitimar a narrativa jornalística”. Isso significa que este

recurso reúne características múltiplas, sendo fundamental para o exercício do jornalismo ao contextualizar e embasar à linha narrativa de qualquer produto jornalístico, em questão.

Para OYAMA (2008, p.13), um dos elementos fundamentais para a realização de uma boa entrevista é ter conhecimento prévio do assunto que será discutido com o entrevistado por parte do entrevistador. “Dentre todas as variáveis que determinam o destino de uma entrevista, a única que é de exclusivo domínio do repórter, excetuando-se, evidentemente, o seu talento, é a pesquisa. Obrigatória, imprescindível, uma pesquisa bem feita aumenta enormemente as chances de uma boa entrevista”.

Ainda segundo com OYAMA (2008, p.28), “O bom entrevistador é aquele que, antes de tudo, sabe ouvir. E saber ouvir implica, antes de tudo, ser curioso. Quando um repórter tem genuína curiosidade sobre o entrevistado ou sobre o assunto do qual ele trata, isso fica evidente na maneira como ele se comporta, reage, fala - e isso estimula o entrevistado a expor-se cada vez mais”. Esta característica é imprescindível para a realização de uma ótima entrevista.

Ainda de acordo com a mesma autora, OYAMA (2008, p.29), “Ouvir com propriedade também significa não julgar o entrevistado. Ou, melhor: não expressar seu julgamento”.

1.2 A GRANDE REPORTAGEM

Um autor que comenta sobre o formato da grande reportagem é o jornalista belga Jean-Jacques Jaspers. Na obra *Jornalismo Televisivo* (1998), ele mostra que existe um método para se montar uma grande reportagem televisiva.

As entrevistas são realizadas *in situ*, isto é, no decorrer da ação do vetor-chave ou de uma personagem entrevistada. As ilustrações devem concorrer para esclarecer o texto da reportagem ou mostrar aspectos específicos da ação do vetor-chave. A montagem deve ser narrativa e cronológica, na maior parte dos casos. Através de sucessivas fases da ação, a montagem fará descobrir os diversos elementos da informação que se quer midiatizar (1998, p 23).

Ainda de acordo com JESPERS (1998), a grande reportagem tem o diferencial por ser possível se concentrar sobre um fato e abordar o assunto em questão de forma mais profunda e crítica.

(...) o fio condutor da grande reportagem deve permitir abordar o maior número possível de aspectos da situação ou do fenômeno do qual se quer dar conta (...) este fio condutor é o vetor-chave que se trata do ponto de vista de medição, personificado para levar o essencial da informação. (1998, p 22).

Para JESPERS, o fio-condutor da matéria tem que ser muito bem pré-definido, para que se possa abordar o tema, em questão, de forma mais completa possível e trazer o essencial da informação ao receptor.

1.3 O JORNALISMO AUDIOVISUAL

Um fator importante do jornalismo audiovisual é a questão do poder da imagem. Para VIZEU (2008):

(...) os relatos dos acontecimentos ocorrem de forma mais expressiva e impactante quando se faz uso da linguagem audiovisual, um campo da comunicação complexo na construção e ressignificação de sentidos (VIZEU, 2008, p.7-14).

Isso significa que a informação, quando transmitida através da imagem, possui um impacto diferente no receptor. Para SANTOS (2011), a “verdade” do fato se torna mais intensa quando o produto jornalístico é audiovisual:

A “vontade de verdade” (FOUCAULT, 1996), permeia as mais diversas esferas sociais. Esse “real”, essa “verdade”, convencionados como justificativa da prática jornalística, parecem mais intensos quando o produto jornalístico é audiovisual: há imagem em movimento, ou em tempo real, ao vivo, em cores, um, o indício de que o é mostrado no vídeo esteve realmente diante da câmera. (SANTOS, 2011, p.85)

Neste sentido, cabe ao jornalista abordar, a partir de seu próprio olhar, as “verdades” de cada narrativa. Apesar disso, vale ressaltar que nenhuma percepção é absoluta, uma vez que LINS (2005, p.44) explica o que é a “verdade” da filmagem: “A verdade da filmagem significa revelar em que situação, em que momento ela se dá – e todo o aleatório que pode acontecer nela... É importantíssima, porque revela a contingência da verdade que você tem... revela muito mais a verdade da filmagem do que a filmagem da verdade”.

2. DESENVOLVIMENTO DA PEÇA

Depois da última grande operação no território, do dia 21/05/2018, autorizada pelo então prefeito de São Paulo João Dória (PSDB), a força repressiva da polícia resultou na dispersão do “fluxo” e migração de grande parte dos usuários de crack para a Praça Princesa Isabel. Com isso, a mídia passou a cobrir os desdobramentos da operação de forma incessante durante semanas.

Na época, já fazia estágio na produção do Jornal da Record e a pauta me despertou atenção e até mesmo, certo incômodo. A emissora abordava o assunto de forma distante e tratava os usuários de crack como se fossem uma coisa só. Durante essa época, ouvi de muitas pessoas o desejo de tirar todo mundo da rua e levar para internação, mesmo que o dependente químico não quisesse realizar o tratamento. Logo depois, João Dória, prefeito de São Paulo na época quis fazer isso, mas a medida foi barrada pelo Ministério Público.

Tudo isso me deixou bastante intrigada, principalmente, com relação à conduta do Estado no território. Queria entender porque esta cena de uso continua existindo a quase três décadas e se tornando cada vez maior, mesmo com as incessantes ações do Poder Público no local.

Desde o planejamento, decidi fazer um projeto focado nas políticas públicas e não nas pessoas que moram na “Cracolândia” da Luz. É claro que seria necessário entrevistar os dependentes químicos, como principal alvo destas ações, mas os depoimentos serviriam apenas para fortalecer o que os especialistas diriam.

Eu achei melhor separar entre estudo e vivência, porque os pesquisadores trariam embasamento para o discurso daqueles que estão cotidianamente no território. GENGHINI (2014), RUI (2012) e PEZOTI (2012) contribuíram para o referencial teórico do relatório e para a narrativa da peça jornalística também.

A primeira entrevista realizada foi com o Tenente da Polícia Militar, Marco Aurélio Genghini, em março. Como seu mestrado em direito foi justamente uma análise comparativa entre Operação Centro Legal, Projeto Nova Luz, Programas de Braços Abertos e Recomeço, julguei necessário começar com ele, para ter uma visão geral do tema e ser capaz de delimitar o que queria abordar nas entrevistas seguintes.

Ainda no campo do estudo, entrevistei Taniele Rui, antropóloga com tese de doutorado e livro publicado sobre a “Cracolândia” da Luz. Atualmente, ela leciona na

Universidade de Campinas (UNICAMP). Por último, também conversei com Rosângela Helena Pezoti, formada em Serviço Social com doutorado sobre o Projeto Nova Luz. A sonora dela não entrou na peça jornalística por dois motivos: Falta de tempo e de qualidade técnica. A captação do som ficou com muitos ruídos, mesmo com o uso da lapela. Não quis regravar, porque já tinha muito material coletado e o prazo estava apertado.

Desde a fase do planejamento, tinha em mente entrevistar os três pesquisadores citados acima e mais três pessoas que entrariam no campo da vivência. O coordenador da Pastoral do Povo de Rua, Pe. Júlio Lancellotti. Dr. Raul Gorayeb, psiquiatra que coordenou o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) Infantil da Luz e Pra. Nildes Nery, fundadora da ONG Ação Retorno que realiza trabalho social, focado em prevenção, com as crianças da região. Dentre os citados, consegui gravar com dois. Dr. Raul Gorayeb foi o único que não aceitou me conceder entrevista, alegando que estava com problemas de saúde. Cheguei a gravar com a pastora, mas não coloquei na reportagem porque o vídeo já estava com o limite de tempo preestabelecido.

Com relação aos personagens, eu cogitei entrar em contato com eles no “fluxo” por intermédio da Nildes que mora no bairro a mais de 10 anos e conhece os usuários pelo nome. Mas acabei utilizando outra fonte para se aproximar dos dependentes químicos. Por meio da divulgação de um vídeo realizado pela Revista Trip nas redes sociais, eu soube da realização da oficina de autocuidado da Carmen Lopes, na Praça General Osório. Mandeí mensagem para ela, que recebeu muito bem a minha proposta e me acolheu no território. Foi por meio da participação das oficinas aos sábados que tive contato com as duas personagens transexuais que aparecem na reportagem, Bruna Marquezine e Lorrany Arantes.

Bruna, por sua vez, consegui criar um vínculo maior e por isso, ela me permitiu gravar dentro de sua casa que é um quarto de hotel oferecido pelo Programa de Braços Abertos, próximo à Praça Júlio Prestes, conhecida popularmente, como Praça do Cachimbo. A entrevista com ela, sem dúvidas, foi a mais complicada. Foi necessário regravar a sonora dentro do quarto, porque na primeira vez, foi gravado com câmera e como lá não tem janela, ficou muito escuro.

Depois de alguns dias, solicitei a segunda gravação. Bruna não tem celular e a comunicação com ela era muito restrita. Além disso, ela não tem muita noção de

data e horário. Cheguei a marcar duas vezes, mas na hora combinada, ela tinha saído de casa, sem previsão de retorno. Quando cogitei desistir da gravação, ela me ligou em um outro dia por meio de um celular de um amigo dizendo que estava pronta para a entrevista. Como também moro no centro, consegui chegar ao local em cerca de 20 minutos. Eu não sabia que ela teve uma filha com apenas 13 anos. Isso foi revelado durante a entrevista e me deixou sem reação. Sem dúvidas, foi o momento mais delicado que passei com um entrevistado. Mesmo com a segunda tentativa, ainda há limitação técnica na captação de imagem. Era necessário um equipamento de iluminação no local, recurso que não tinha.

Em todas as entrevistas, mas principalmente as realizadas com os personagens, tentei seguir o que foi proposto por OYAMA e busquei ouvir com propriedade, de forma respeitosa o que cada um queria partilhar sobre sua vida e tentei não julgá-los de forma alguma.

Na oficina de autocuidado, conheci a Eroy Aparecida, doutora em psicologia pela Unifesp e integrante do coletivo Craco Resiste. Ela foi uma pessoa muito importante para o meu trabalho, porque expandiu consideravelmente as minhas opções de fontes. Ela me indicou os seguintes entrevistados: Agostinha Oliveira, enfermeira do Programa Redenção. Maria Angélica Comis, assessora de política de drogas durante a gestão Haddad. Dartiu Xavier, psiquiatra que coordenou o Programa de Braços Abertos e Maurício Fiore, da Plataforma Nacional de Política sobre Drogas. Não coloquei esta última entrevista por falta de tempo e qualidade técnica. Com exceção da Agostinha, realizei todas essas entrevistas fora do território, para preservar a minha segurança e dos meus entrevistados.

A partir da entrevista com Agostinha, entrei em contato com o Alysson, psiquiatra do CAPS Redenção. No dia da gravação com o médico, conheci o Benedito Gabriel que faz acompanhamento clínico com o Dr. Alysson. Benedito guarda as suas pinturas no próprio CAPS e depois da entrevista, me presenteou com uma de suas obras.

Ao todo, foram realizadas 18 entrevistas. Apenas 13 foram utilizadas na composição do vídeo e somente sete ocorreram próximo ao território. Sempre que possível, optei por gravar em locais mais seguros, tanto para mim, como para o entrevistado. Por este motivo, não captei imagens de apoio dos dependentes químicos no “fluxo” e utilizei as da Record TV.

Nas gravações próximas ao território, não utilizei tripé, porque era perigoso transitar sozinha pela região com equipamento de filmagem. Nesses casos, gravei com um monopé pequeno, por isso, em alguns momentos, a imagem não está estabilizada. Somente na gravação com a Bruna utilizei meu celular, por conta da falta de iluminação no quarto. Em todas as entrevistas, gravei sozinha com uma câmera DSLR da Canon, modelo T5, lapela e o tripé cedido pelo Mackenzie.

A introdução da reportagem foi inspirada no início do minidocumentário *Overdose de Erros* (2017), da ONG Minha Sampa. Utilizei as declarações de Gilberto Kassab (2007), Geraldo Alckmin (2010), Fernando Haddad (2014) e João Dória (2017) de que a “Cracolândia” da Luz não existe mais ou obtiveram êxito na tentativa de mudar a realidade do local, ao mesmo tempo em que foram colocadas imagens que contradizem cada declaração. O objetivo era despertar atenção do espectador e mostrar que os políticos não trataram com a devida atenção e seriedade os problemas sociais que permeiam a maior cena de uso do país.

Assim como foi proposto por JESPERS (1998), a narrativa da grande reportagem foi estruturada de forma cronológica, para que o espectador consiga perceber os avanços e retrocessos de cada programa implantado na “Cracolândia” da Luz ao longo dos anos. Cada entrevista reforça a linha argumentativa do trabalho e as imagens de apoio fortalecem o que está sendo afirmado por cada fonte, conforme defendido por MUSSE (2010).

Começou-se falando da Operação Centro Legal (2009 a 2012) e do caráter repressivo que esta política tinha com relação aos usuários. Logo na sequência, foi abordado o Projeto Nova Luz (2013) e a questão da revitalização do espaço urbano. Um ano depois, Fernando Haddad (PT) assumiu a prefeitura, engavetou o Nova Luz e lançou o Programa de Braços Aberto, oferecendo moradia e emprego aos dependentes químicos. A crítica, segundo a antropóloga Taniele Rui, é a falta de infraestrutura dos serviços oferecidos. Mesmo assim, o de Braços Abertos conseguiu trazer mudanças a alguns beneficiários, como é o caso da Bruna Marquezine que reduziu consideravelmente o uso de cocaína, depois que conseguiu uma moradia e oportunidade de emprego.

Também foi abordado o Programa Recomeço (2013) e a questão da comunidade terapêutica. O Estado tira o indivíduo da cena de uso, mas infelizmente, não oferece meios para que mude de vida, como moradia e emprego. E por último, o

Redenção (2017) que ainda é uma em política em construção. Por enquanto, possui três tendas que oferecem banho e alimentação aos dependentes químicos. Equipe técnica, formada por enfermeiros e assistentes sociais na rua, que realiza cuidados básicos de saúde aos usuários e o CAPS Redenção que oferece encaminhamento de internação voluntária para dois hospitais psiquiátricos: Cantareira e Nossa Senhora de Fátima. Também dentro deste programa, foi abordado o problema da internação compulsória em massa, defendida por João Dória, em 2017.

Paralelo a isso, também foi apresentado o projeto de autocuidado da Carmen Lopes, que representa centenas de voluntários que realizam trabalho social no território sem esperar nada em troca. Quando o Estado falha, a sociedade civil está ali, tentando ajudar da melhor forma possível e com os poucos recursos que dispõe.

Como elemento gráfico, foi utilizado a tela preta com fonte *American Typewriter*, tamanho 65, na cor branca para quebrar a sequência de entrevistas e amarrar a narrativa, apresentando de forma breve os personagens e dados para contextualizar o que viria a seguir. O BG utilizado é de uma pessoa teclando e simula um jornalista, como se fosse eu mesma escrevendo para o espectador.

Os créditos para as imagens da Record TV, título e subtítulo escolhidos também estão na fonte *American Typewriter*, tamanhos 35, 90 e 60, respectivamente, cor branca. O título da grande reportagem é impactante, faz um trocadilho e tem a intenção de chamar atenção de quem está assistindo. Os créditos também estão na fonte *American Typewriter*, tamanhos 73 (título), 65 (subtítulo) e 70 (agradecimentos). O GC, para creditar os entrevistados, está na fonte *DIN Alternate*, tamanhos 73 e 39, na cor preta para se destacar com o fundo cinza.

A trilha sonora escolhida é uma música criada e interpretada por um morador da “Cracolândia” da Luz, conhecido como MC Cauex. Esta canção foi cantada durante uma passeata organizada pelos próprios dependentes químicos contra a internação compulsória, em 2017. A música foi escolhida por dizer muito sobre a realidade daquelas pessoas, além de ter sido composta e interpretada por alguém que vive na pele as consequências da atuação estatal na região.

A peça jornalística tem 25 minutos, tempo máximo permitido, conforme as regras estabelecidas. À princípio, pretendo veicular o produto jornalístico apenas no *Youtube*, mas cogito a hipótese de ser difundido também na TV Brasil, Canal Futura ou até mesmo, Record TV.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção desta grande reportagem foi uma experiência bastante intensa para mim. É muito complicado tratar de um tema social. É difícil conquistar a confiança de pessoas em situação de rua para que contem suas histórias. A responsabilidade é muito grande. Você fica com um pedacinho dos personagens e precisa ser cauteloso para não machucar ainda mais quem já é ferido todos os dias.

Mas o mais difícil é digerir tudo que vê, ouve e cheira. E voltar para casa sabendo que aquelas pessoas estão sofrendo muito e não há amparo da família e muito menos do Estado. Estar com as pessoas do “fluxo” mexeu bastante comigo. Durante a fase de realização das entrevistas, tive três crises de herpes labial em seis meses. Tudo isso por conta da angústia e estresse que passei.

Esta reportagem me fez admirar os membros da sociedade civil que realizam trabalho voluntário no território. Eles fazem muito mais do que podem, com os poucos recursos que conseguem. Também me fez respeitar cada usuário. Cada um ali tem a sua história e por motivos variados, foram parar no mundo das drogas. Na “Cracolândia”, você encontra pessoas que falam três idiomas, advogados, pintores, eletricitas, cabeleireiros. Qualquer um pode se tornar alvo da dependência química.

Para produzir o trabalho, acredito que tenha utilizado várias disciplinas, mas vou citar apenas duas. A primeira delas está relacionada à parte técnica. O vídeo foi editado no *Final Cut* e as aulas de edição foram essenciais na fase de pós-produção. Mas a principal inspiração para a escolha da temática foi a disciplina de políticas públicas, ministrada pela Professora Rosana Schwartz, no terceiro semestre.

A partir do conteúdo apresentado em sala de aula, me interessei pelo tema. Eu pude perceber que os problemas sociais no país são reflexos de políticas públicas ineficazes ou inexistentes. Por isso, decidi adentrar na temática de drogas e descobrir porque as cenas de uso de crack estão aumentando cada vez mais. Uma coisa que sempre me intrigou foi o fato do Estado atuar na maior cena de uso do país, mas não conseguir apresentar nenhum resultado concreto de sucesso.

Durante a introdução do relatório, foi levantada a seguinte pergunta-problema: Como uma grande reportagem pode esclarecer, ao espectador, quais foram as consequências da implementação dos planos municipais e estaduais no território? Isso pode ser respondido a partir da sonora de cada entrevistado e recursos utilizados que ajudam a compor a narrativa. Cada fonte está diretamente ligada ao

tema, seja no campo do estudo ou da vivência. A imagem tem o poder de chamar atenção, por isso que utilizei este recurso para tratar o tema. Acredito que as boas imagens da Record TV fortalecem a narrativa.

Com relação às consequências da implementação dos planos da municipais e estaduais no território, não houve muitos avanços, porque falta continuidade nas ações implementadas. A cada nova gestão, é lançado um programa novo e desfeito tudo que estava sendo construído. Os dependentes ficam completamente desassistidos. Dos sete hotéis sociais abertos pela gestão Haddad, três foram fechados. A frente de trabalho também foi encerrada. Com isso, os usuários ficaram sem moradia, emprego e muitos deles, retomaram o uso da droga.

Ao entrar em contato com os usuários de crack, pude perceber uma diferença considerável no comportamento e noção de realidade de quem mora na rua e quem tem uma moradia. Bruna Marquezine, com que conversei, corre o risco de voltar para a rua. O dependente de droga precisa viver um dia de cada vez, porque seu futuro é totalmente incerto. Pode voltar a usar droga. Ser preso. Contrair uma doença. Morrer na rua. Perder a casa e o emprego que conquistou com tanto sacrifício. O Estado, por sua vez, não contribui para que haja maior estabilidade.

Com isso, pode-se perceber que falta na política de drogas brasileira um planejamento sistêmico, organizado desde as suas legislações e rede de serviço de referência. Como são os casos da assistência social que possui o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e da Saúde com o SUS (Sistema Único de Saúde), que são serviços regulamentados por uma lei federal, sistematizado por leis estaduais e executado por leis municipais.

Infelizmente, a Política de Drogas não possui uma rede sistêmica e cada estado ou município acha que a política de drogas está sob a ótica de uma área. Em São Paulo, por exemplo, está sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Atualmente, existe uma política governamental e não de Estado.

Por isso, o meu principal objetivo do meu projeto de conclusão de curso é fazer com que aqueles que nunca frequentaram a “Cracolândia” da Luz possam ter um olhar mais crítico para as ações do Estado no território. Espero que as pessoas possam enxergar o problema da dependência química de uma forma mais crítica e ampla, sem culpar apenas os próprios usuários de crack e seus familiares que não conseguem trazê-los de volta para casa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTO, Luccas Ribeiro do. **Nem só o que é sólido se desmancha no ar: a Nova Luz na produção insubstancial do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16082012-105336/en.php>> Acesso em: 26 out. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. **Haddad engaveta plano de Kassab do projeto Nova Luz em São Paulo**. Folha de São Paulo online, São Paulo, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/01/1219633-haddad-engaveta-plano-de-kassab-do-projeto-nova-luz-em-sp.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. **Saiba por que a região central de São Paulo é chamada de “cracolândia”**. Folha de São Paulo online, São Paulo, 15 fev. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u46204.shtml>> Acesso em: 17 set.2017.

G1. **Para 57% dos brasileiros, 'bandido bom é bandido morto', diz Datafolha**. Portal G1, São Paulo, 02 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/para-57-dos-brasileiros-bandido-bom-e-bandido-morto-diz-datafolha.html>> Acesso em: 20 nov. 2017

GENGHINI, Marco Aurélio Barberato. **Políticas Públicas destinadas à recuperação de pessoas em situação de rua dependentes de crack no município de São Paulo: Uma análise comparativa entre a Operação Centro Legal, Projeto Nova Luz, Programa de Braços Abertos e Programa Recomeço**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1151/1/Marco%20Aurelio%20Barberato%20Genghini.pdf>> Acesso em: 26 out. 2017.

JESPERS, Jean-Jacques. **Jornalismo Televisivo**. Coimbra; Minerva, 1998.

LINS, Consuelo. **O Documentário de Eduardo Coutinho – Televisão, Cinema e Vídeo**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2004.

MATOS, Ludimila. **Telejornalismo, estética do real e vídeos amadores: Um estudo de caso do RJTV 1º Edição**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=18591@1>. Acesso em 25 out. 2018

MUSSE, Christina Ferraz e Mariana Ferraz. **A entrevista no telejornalismo e no documentário: possibilidades e limitações**. Universidade de São Paulo, 2010.

Rumores - Revista de Comunicação, Linguagem e Mídias. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51209>> Acesso em: 26 out. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Pesquisa revela que a população da Cracolândia cresceu 160% em um ano**. O Estado de São Paulo online, São Paulo, 08 jun.2017. Disponível em:<<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-revela-que-populacao-da-cracolandia-cresceu-160-em-um-ano,70001832252>>. Acesso em: 17 set.2017.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia De. **Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Rev.Psiq.Clín. 2008, p.212-218. Disponível em: <<http://vml029.epm.br/bitstream/handle/11600/4159/S0101-60832008000600002.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 26 out. 2017.

OYAMA, Thais. **A arte de entrevistar bem**. 2008. 1º ed. São Paulo: Editora Contexto. 2008.

PEZOTI, Rosângela Helena. **O projeto Nova Luz e a participação dos sujeitos coletivos: um processo de reurbanização em questão**. São Paulo: PUC, 2012. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17586/1/Rosangela%20Helena%20Pezoti.pdf>> Acesso em: 26 out. 2017.

R7. **Onda de devastação pelo crack começou há 27 anos em São Paulo**. Portal R7, São Paulo, 25 mai. 2017. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/onda-de-devastacao-pelo-crack-comecou-ha-27-anos-em-sao-paulo-25052017>> Acesso em: 26 out. 2017.

R7. **Relatório aponta falhas em Projeto da prefeitura na Cracolândia**. Portal R7, São Paulo, 29 ago. 2017. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/relatorio-aponta-falhas-em-projeto-da-prefeitura-na-cracolandia-29082017>> Acesso em: 26 out 2017

RUI, Taniele. **Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na Cracolândia**. São Paulo: Revista Brasileira de Segurança Pública, ago/set. 2012. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/124/121#>> Acesso em: 26 out. 2017.

VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

5. REFERÊNCIAS CINEMATOGRAFICAS



CRACOLÂNDIA, o caminho das pedras. Direção de Bianca Vasconcellos. Produção de Bianca Vasconcellos. Realização de TV Brasil. Coordenação de Cintia Vargas, Mayrluce Villela, Flávio Teixeira de Mello, Caique Novis, Lourival Macedo. Roteiro: Bianca Vasconcellos. São Paulo: TV Brasil, 2017. (52 min.), color. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2017/06/cracolandia-o-caminho-das-pedras>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CRACK, repensar. Direção de Felipe Crepker Vieira e Rubens Passaro. Produção de Simone Alvim. Realização de Fiocruz Vídeo. Coordenação de Alexandre Nakahara, Cris Lyra. Roteiro: Felipe Crepker Vieira e Rubens Passaro. Música: Ba Kimbuta. São Paulo: Doctela, 2015. (26 min.), color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K-TFGOdW8RE&t=10s>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FALA, DOUTOR. Corpos Adjetos. Programa 36. Univesp TV. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=FxhdbAy4Mzc&t=196s>>. Acesso em: 26 out. 2017.

OVERDOSE DE ERROS. Direção de Gut Simon. Produção de Gut Simon. Realização de Gut Simon, Renato Helena, Maria Luisa Frasson-Nori. Coordenação de Gut Simon. Roteiro: Gut Simon. Música: Juliana Perdigão, Kiko Dinucci. São Paulo: Ong Minha Sampa, 2017. (7 min.), color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MOXo052Tmyg>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

6. APÊNDICES I – AUTORIZAÇÕES DE USO DE IMAGEM E ÁUDIO

 UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
CURSO DE JORNALISMO – TCC (2º S 2017)
ANEXOS 

ANEXO 6: AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE IMAGEM E ÁUDIO (FONTES)

AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE IMAGEM E ÁUDIO

Eu, Agostinha Francisca de Oliveira, portador do
RG N° 24521384 e CPF N° 35599642615,
autorizo, prévia e expressamente, o uso de minha imagem e voz, bem como cedo os seus efeitos
patrimoniais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o Instituto Presbiteriano Mackenzie e para a
Universidade Presbiteriana Mackenzie, sem qualquer custo, por tempo indeterminado, para utilização –
sem fins lucrativos – em arquivos físicos e online, seja para consultas acadêmicas ou reproduções, em
programas da TV Mackenzie; em programas de outras emissoras; e em demais veículos de comunicação,
sejam eles eletrônicos ou impressos, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual
assino esta autorização.

Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente,
juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 31 de maio de 2018.

Agostinha Foa de Oliveira
Cedente

Pai ou responsável (se for o caso)

Testemunhas:

